MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

ATA DA SETINGENTÉSIMA SEXAGÉS1IMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2021.

Às sete hora e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um, realizou-se, por meio de webconferência, a setingentésima sexagégima primeira sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso que, após convocação prévia e sob a presidência da vice-reitora Rosaline Rocha Lunardi, contou com a presença dos conselheiros: Adelmo Carvalho da Silva, Alexandra Potenza Vidotti, Anderson Castro Soares de Oliveira, Benedito Alencar de Arruda, Bruno Zucherato, Carolina Campos Ribeiro, Cézar Augusto da Silva Flores, Eliana Moraes de Almeida Alencar, Elmo Batista de Faria, Fábio Renato Borges, Fernanda Regina Casagrande Giachini Vitorino, Fernando Pedroni, Francismary Miranda de Arruda, Geralda Fátima de Souza Rodrigues, Geriel Araújo Lemes, Graziele Silva Tacanã, Ilce Campos Lopes, Ivone da Silva Matos, Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende, Jony Bilhalva Hoffmann, Juliana do Couto Ghisolfi, Kamila Andreatta Kling de Moraes, Layla Maria Campos Aburachid, Lidiane Mara Ávila Silva, Lisaiane Bortolini, Marciel Becker, Meire Rose dos Anjos Oliveira, Morenna Alana Giordani, Neemias Souza Alves, Patricia Cristina Steffen, Paulo Afonso Rossignoli, Pedro Luis Reis Crotti, Renilson Rosa Ribeiro, Roberto Perillo Barbosa da Silva, Rogério Roque Robert, Rubia Helena Naspolini Coelho Yatsugafu, Teldo Anderson da Silva Pereira, Thayron Crystian Hortences de Moraes, Túlio Adriano Alves Gontijo, Wladimir Colman de Azevedo Júnior e Zenésio Finger; sendo justificada a ausência dos conselheiros Dione Aparecido Castro, Leandro Denis Battirola e Marcos Antônio Soares, e contou com a presença dos convidados: Lisiane Pereira de Jesus, Pró-Reitora de Assistência Estudantil, Adriano Aparecido de Oliveira, Pró-Reitor Administrativo, Thiago Ventura, Diretor do Escritório de Inovação Técnológico, Lucas Oliveira de Souza, Secretário da Secri, Eralci Therezio, Presidente da CPPD, Carlos César Breda, ex conselheiro representante dos docentes da Classe de professor Associado. Iniciando a sessão, a Presidente em exercício Rosaline Rocha Lunardi, cumprimentou os presentes e a seguir colocou em apreciação a ata da setingentésima sexagésima sessão do Consepe, sendo aprovada, sem emenda, com 33 votos favoráveis, e 01 abstenção, com o registro da conselheira Juliana do Couto Ghisolfi da justificativa de sua ausência, por estar em período de férias. Continuando, a Presidente em exercício empossou a docente Ilce de Oliveira campos, como representante da Faculdade de Engenharia, do *campus* de Várzea Grande, com mandato de dois anos, conforme Resolução Consepe-UFMT nº 190/2021; o docente Paulo Afonso Rossignoli, como representante da Faculdade de Nutrição, com mandato *pro-tempore*, de acordo com a Resolução Consepe-UFMT nº 191/2021 e empossou o discente Jhony Bilhalva Hoffmann, representante dos discentes do *campus* de Sinop, com mandato de um ano, Resolução Consepe-UFMT nº 192/2021. Seguindo, a Presidente em exercício manifestou que solicitou ao Pró-Reitor Administrativo para apresentar informações sobre o processo de compras na UFMT, visando o retorno das atividades presenciais. O conselheiro Renilson Rosa Ribeiro comunicou a publicação pela Procev de todos os Editais referente a extensão. Seguindo, a conselheira Juliana do Couto Ghisolfi apresentou a decisão do Instituto de Ciências Humanas e Sociais acerca da Resolução Consepe nº 189/2021, referente a norma para distribuição de encargos, contrária à aprovação da referida

resolução. A conselheira Fernanda Regina C. Giachini Vitorino informou sobre a realização do Congresso de Imunologia. Seguindo, o conselheiro Roberto Perillo B. da Silva informou sobre o andamento das discussões da proposta orçamentária nas unidades, solicitando apoio para divulgação dessa discussão e contribuições e após será elaborado o caderno orçamentário para discussão nos Conselhos. O conselheiro Rogério Roque Rubert informou sobre a realização, nesta data, do III Worksop sobre o Geoparque de Chapada dos Guimarães, com o objetivo de discutir a proposta de geoparque na região e seus benefícios para o turismo, com palestra sobre geodiversidade e lançamento do livro Geo Parque, visando a candidatura da Chapada de Guimarães ao posto de Geoparque e reconhecimento pela UNESCO. Prosseguindo a pauta, a Presidente em exercício colocou em apreciação a pauta, que foi aprovado sem alteração. Em seguida, a Presidente em exercício solicitou a anuência ao plenário para participação na sessão dos professores Eralci Terézio, presidente da CPPD, Thiago Ventura, Diretor do EPP e Carlos César Breda, representante dos professores da classe associado, sendo aprovado com 30 votos favoráveis e 01 abstenção. Seguindo, o professor Thiago Ventura apresentou o projeto realizado pelo EPP, de melhoria do processo de promoção docente para a Classe de Professor Titular, visando a redução dos níveis de retrabalho. O professor Eralci Therézio descreveu a importância da aprovação desta proposta uma vez que a estimativa é que no ano de 2022 a CPPD deverá analisar em torno de 500 processos de progressão para a Classe de Professor Titular, além dos processos de estágio probatório e considerou sobre a atual estrutura administrativa da CPPD e agradeceu a colaboração do EPP para análise da proposta. A seguir, a Presidente em exercício passou a palavra a conselheira Juliana do Couto Ghisolfi que apresentou seu relato sobre o Processo nº 23108.069481/2020-27, requerente, CPPD, que dispõe sobre proposta de alteração da resolução referente a promoção funcional à Classe E, com denominação de Professor titular da Carreira do Magistério Superior da UFMT. A relatora registrou que sua proposta de alteração a minuta consta no documento 4207603, assim como todas as sugestões recebidas foram incluídas. Continuando, passou a discussão, na integra, da minuta e das emendas supressivas e aditivas. Primeiramente foi discutida a proposta de exclusão do item 4, do artigo 2°, referente a produção profissional, conforme atividades a serem pontuadas de acordo com o anexo I. O conselheiro Carlos Breda observou que no anexo I não consta nenhuma informação quanto a atividade profissional. Após discussão, ficou acordado com a permanência do item 4, especificando no anexo a pontuação relativa as atividades profissionais. No artigo 5º foi aprovada a redação proposta pela conselheira Juliana Couto quanto a composição da Comissão Especial de Avaliação para a classe E – Professor Titular (CEAT). Seguindo, foi amplamente discutido o artigo 9º, quanto a pontuação do memorial descritivo e a avaliação último interstício de Associado IV para professor Titular. O Presidente da CPPD observou que para contabilização da pontuação são consideradas as atividades desde a data da posse do docente e o mesmo tem que pontuar, no ensino, pesquisa, extensão e gestão. Considerando a dúvida levantada pelo conselheiro Pedro Crotti quanto a participação da composição da banca se pode haver participação de membro da classe associado, o Presidente da CPPD, professor Therezio, esclareceu sobre a dificuldade da composição das bancas devido que alguns departamentos não possuem no quadro professor titular, foi feita consulta a PGF para que o professor Associado IV pudesse fazer avaliação da documentação na Ceat e quanto a banca, pela lei, deve ser composta somente por professor titular. Após ampla discussão, foi aprovado por consenso,

a proposta da conselheira Juliana Couto, de retirar os 24 meses e entender que a pontuação do interstício será contabilizada no memorial, com a abstenção do professor Zenésio Finger. Em continuidade, no artigo 12 foi discutido a proposta de alteração dos pesos da pontuação atribuída no Memorial às atividades de ensino, pesquisa/extensão e gestão acadêmica, apresentada pelos professores associados, visando a valorização da atividade de gestão. Após discussão, a Presidente em exercício colocou em votação a proposta original de pontuação apresentada na minuta, que recebeu 18 votos favoráveis e a proposta de alteração dos pesos recebeu 11 votos contrários e 06 abstenções. A conselheira Juliana Couto declarou sua abstenção, porque não houve encaminhamento do ICHS para mudança de peso apresentada na proposta original. Seguindo, os incisos I e II do artigo 12, foram aprovados conforme sugestão de redação apresentada pela relatora. O artigo 14, que regulamenta a Nota Final, foi aprovado com a sugestão de redação apresentada pela conselheira Juliana Couto da seguinte forma: "O docente que obtiver na apresentação e defesa de seu Memorial ou Tese média final igual ou superior a 70,0 (setenta) fará jus à promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior da Universidade Federal de Mato Grosso". A seguir, a conselheira Juliana Couto observou que os docentes da classe de Professor Associado sugeriram estabelecer uma fórmula matemática de cálculo da nota final, pois são definidos diversos pesos para momentos diferentes da avaliação. O Presidente da CPPD disse que é possível acrescentar a fórmula no anexo. Seguindo, o Presidente da CPPD teceu considerações sobre a data para entrada em vigor desta norma, devido aos processos que estão em tramitação, com base na norma em vigor, sendo aprovado que a Resolução vigorará a partir de 1° de abril de 2022. Prosseguindo, discutiu o Anexo I – Estabelece os critérios para a atribuição de pontos para a avaliação de memorial para o processo de promoção a classe E, com de nominação de Professor Titular. Após discussão, foi aprovada na atividade de ensino, a pontuação de 0,015 por hora/aula, para a graduação, pós-graduação, residência na área de saúde, estágios e internato médico. Em continuidade, passou a discussão sobre a pontuação de estágio supervisionado e orientações concluídas na graduação e pós-graduação. A conselheira Juliana Couto propôs equalizar todas as pontuações de orientações, por compreender a complexidade na orientação na graduação e discordou tanto do tempo, quanto da importância do trabalho. O conselheiro Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende reforçou a importância da pontuação para orientação da pós-graduação por ser um trabalho inédito e a diferença na pontuação se faz necessária. Em votação, a proposta original recebeu 23 votos e a proposta da conselheira Juliana Couto recebeu 07 votos favoráveis e 03 abstenções. Quanto a atividade de Pesquisa e Extensão foi esclarecido que a pontuação é por projeto cadastrado no sistema. A presidente em exercício defendeu a importância do registro e cadastro no sistema da UFMT dos projetos desenvolvidos na UFMT e em outras instituições que poderão ser pontuados. Continuando, o professor Carlos Breda e a conselheira Juliana Couto defenderam a alteração da pontuação no ponto 2.1.3, Coordenador de projeto, de 0,2 para 0,7. Os conselheiros Jackson e Fernando Pedroni ponderaram que não se trata de desvalorizar da pesquisa sem financiamento, A conselheira Juliana considerou a dificuldade de fazer pesquisa na área de ciências humanas. O professor Carlos Breda se despediu e agradeceu aos colegas pelo aprendizado nesses mais de 06 anos que participou do Consepe. Às 11:30 horas, a Presidente em exercício suspendeu a sessão, retornando às treze horas e trinta minutos, sob a presidência da vice-reitora Rosaline Rocha Lunardi, contou com a presença dos conselheiros: Adão

Ferreira da Silva, Adelmo Carvalho da Silva, Alexandra Potenza Vidotti, Anderson Castro Soares de Oliveira, Áurea Christina de Paula Correa, Benedito Alencar de Arruda, Bruno Zucherato, Cézar Augusto da Silva Flores, Elmo Batista de Faria, Fábio Renato Borges, Fernanda Regina Casagrande Giachini Vitorino, Fernando Pedroni, Geralda Fátima de Souza Rodrigues, Geriel Araújo Lemes, Ilce Campos Lopes, Ivone da Silva Matos, Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende, Jony Bilhalva Hoffmann, Juliana do Couto Ghisolfi, Kamila Andreatta Kling de Moraes, Layla Maria Campos Aburachid, Lidiane Mara Ávila Silva, Lisaiane Bortolini, Marciel Becker, Meire Rose dos Anjos Oliveira, Morenna Alana Giordani, Neemias Souza Alves, Patricia Cristina Steffen, Paulo Afonso Rossignoli, Pedro Luis Reis Crotti, Renilson Rosa Ribeiro, Roberto Perillo Barbosa da Silva, Rogério Roque Robert, Rubia Helena Naspolini Coelho Yatsugafu, Teldo Anderson da Silva Pereira, Thayron Crystian Hortences de Moraes, Túlio Adriano Alves Gontijo, Wladimir Colman de Azevedo Júnior e Zenésio Finger; sendo justificada a ausência dos conselheiros Dione Aparecido Castro, Leandro Denis Battirola e Marcos Antônio Soares, e contou com a presença dos convidados: Lisiane Pereira de Jesus, Pró-Reitora de Assistência Estudantil, Adriano Aparecido de Oliveira, Pró-Reitor Administrativo, Thiago Ventura, Diretor do Escritório de Inovação Técnológico, Lucas Oliveira de Souza, Secretário da Secri, Eralci Therezio, Presidente da CPPD. Dando continuidade à sessão, a Presidente em exercício passou a palavra ao Pró-Reitor Administrativo, Adriano Aparecido de Oliveira, que apresentou sobre o andamento das compras de máscaras, dispenser de álcool e demais materiais, visando o retorno seguro das atividades presenciais e as providências quanto as licitações para fornecimento das refeições dos Restaurantes Universitário para o início do próximo ano, conforme for deliberado o retorno das atividades presencias, também informou que o material de comunicação já está pronto para as orientações necessárias. A conselheira Juliana do Couto reiterou que as máscaras de tecido não são as mais eficientes. O Pró-Reitor Adriano de Oliveira salientou que a Proad procedeu a aquisição dos materiais de acordo com o que foi solicitado pela Comissão Conjunta para o retorno das atividades presenciais. Quanto ao prazo para entrega dos materiais será de 30 dias e todas as informações serão repassadas aos Diretores dos Institutos e Faculdades. O Pró-Reitor também disse que com relação a manutenção dos espaços físicos que os diretores estão solicitando a manutenção no sistema da Sinfra. O conselheiro Adelmo Carvalho, presidente da Comissão Conjunta para buscar medidas para um retorno gradual e com segurança, manifestou sobre a aquisição dos materiais e que a Proeg está acompanhando as solicitações para retorno das atividades presenciais nas unidades. Seguindo, a Presidente empossou o docente Adão Ferreira da Silva, como representante da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, com mandato de dois anos, conforme Resolução Consepe-UFMT nº 193/2021 e desejou boas-vindas. Em seguida, a Presidente em exercício solicitou aos conselheiros a divulgação da pesquisa sobre vacinação para os alunos e servidores docentes e técnicos que deverá ser preenchida no momento primeiro acesso ao Portal do sistemas integrados da UFMT. Prosseguindo, a Presidente em exercício passou a palavra à conselheira Juliana do Couto para continuidade da discussão da minuta de resolução sobre proposta de alteração da resolução referente a promoção funcional à Classe E, com denominação de Professor titular da Carreira do Magistério Superior da UFMT. A relatora Juliana do Couto retomou a discussão do Anexo I, item 2.1.3, quanto a pontuação para coordenador de pesquisa ao projeto sem financiamento e sugeriu que seja 0,7. O conselheiro Teldo se solidarizou com

a conselheira Juliana quanto a dificuldade para investimento em pesquisa na área das Humanas e relatou as dificuldades na comunidade científica, problemas de ordem federal que afeta a vida na academia. Por outro lado, a discussão se trata da progressão para a classe E, sugerindo a manutenção da pontuação proposta. O conselheiro Fernando Pedroni apresentou a proposta do ICBS/CUA, de alteração dessa pontuação. O conselheiro Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende defendeu que a proposta reflete em meritocracia e considerou o tempo de duração de um projeto financiado e com trabalho mais complexo e um período de 16 anos na carreira, entendendo que os números não estão subestimados e também salientou que a UFMT está trabalhando para oferecer aporte financeiro parta apoiar projetos. Após discussão, a Presidente em exercício colocou em votação a proposta original de 0,2 pontos por projetos que recebeu 07 votos favoráveis e a proposta de alterar a pontuação, que recebeu 20 votos favoráveis e 05 abstenções. Em seguida, foi votada as seguintes propostas de pontuação para coordenador do projeto sem financiamento, sendo: 1) proposta da conselheira Fernanda Regina G. Vitorino, 0,5, recebeu 16 votos; 2) proposta da conselheira Juliana do Couto, 0,7, recebeu 09 votos; proposta do conselheiro Paulo Afonso Rosignolli, 1,0, recebeu 08 votos e 01 abstenção. A seguir, o conselheiro Teldo Anderson da Silva Pereira sugeriu estabelecer tempo para desenvolvimento dos projetos, se anual ou semestral, por entender que este tempo impacta tanto na pesquisa como na extensão. Após discussão, a proposta original, por projeto recebeu 22 votos; a proposta por tempo, anual ou semestral do conselheiro Teldo Anderson, recebeu 07 votos e 04 abstenções. Continuando, a conselheira Juliana do Couto propôs alterar a pontuação para o membro participante do projeto sem financiamento, de 0,1 para 0,25. Em votação, a proposta original recebeu 06 votos, a proposta da conselheira Juliana do Couto recebeu 25 votos e 03 abstenções. Prosseguindo, no item 2.5.3 da proposta foi alterado para "Artigos Científicos (Publicados ou Aceitos para Publicação). Seguindo, discutiu o ponto 2.13, referente a pontuação para produção artístico-cultural. A conselheira Rubia Helena C. Yatsugafu teceu considerações sobre as pontuações propostas para o item produções artístico-cultural e considerou a necessidade de especificar melhor as atividades e respectivas pontuações. O Presidente da CPPD, Eralci Terézio defendeu a manutenção da pontuação devido a especificidade da área. Em votação, a proposta de manter a pontuação constante no item 2.13 recebeu 21 votos, a proposta de alteração, recebeu 09 votos e 03 abstenções. No item 2.15 – outras atividades, Estágio pós-doutorado no exterior, 4/ano e estágio pós-doutorado no Brasil, 2/ano. A conselheira Juliana propôs pontuação igual para os dois estágios. O Presidente da CPPD, professor Eralci Terézio teceu considerações sobre o grau de exigência para conseguir um estágio pós-doutoral no exterior, concorrer a bolsa, bem como atende a política de internacionalização da Universidade e defendeu a diferenciação na pontuação. O conselheiro Jackson também defendeu a proposta original considerando que envolve critérios diferentes e com pesos diferentes na avaliação da Capes. Em votação, a proposta de manutenção da redação original recebeu 23 votos e a proposta de alteração obteve 08 votos e 04 abstenções. Prosseguindo, passou a discussão do item 3 – Atividades de Gestão Acadêmica, tendo a conselheira Juliana do Couto proposto que a pontuação seja por semestre e não anual e também considerou sobre as atividades desenvolvidas pelo Coordenador de Curso e propôs ampliar a pontuação de 15 para 20 pontos. Em votação, a proposta original recebeu 19 votos, a proposta da relatora Juliana recebeu 12 votos e 04 abstenções. Seguindo, no item 3.1.20 foi acrescentado Coordenador e Vice-Coordenador de Laboratório de

Multiusuário. A proposta de acrescentar a participação no Comitê de Ética em Pesquisa, com 1/ano, foi aprovada por unanimidade. Seguindo, passou a discussão das observações constantes no final do Anexo I e foi amplamente discutido o item 3, referente ao exercício de encargos administrativos de 40 horas semanais para as funções de Reitor, Vice-Reitor e Diretor de campus, ficando aprovada a seguinte redação: "Em caráter de excepcionalidade, os docentes investidos nos cargos de Reitor, Vice-reitor, Pró-reitor e Diretor de Campus terão registrada pontuação necessária no interstício enquanto estiver no exercício do cargo". No item 4 foi incluído o chefe de departamento que terá computado o equivalente a 4 hora de aula por semana para cada semestre dedicado à função. Seguindo, retomou discussão do artigo 3º, parágrafo 6º, quanto a comprovação da produção científica, ficando decidido que deverá ser apresentado somente o espelho da produção em tela. A seguir, a Presidente em exercício colocou em votação a aprovação da Resolução sobre proposta de alteração da resolução referente a promoção funcional à Classe E, com denominação de Professor titular da Carreira do Magistério Superior da UFMT, com as devidas alterações, sendo aprovada com 35 votos favoráveis e 01 abstenção, consubstanciando a Resolução Consepe-UFMT nº 194/2021. Continuando a pauta, passou a discussão do Processo nº 23108.061148/2021-51, requerente Secretário de Relações Internacionais, que dispõe sobre minuta do Plano Institucional de Internacionalização da UFMT – PII-UFMT. Seguindo, a Presidente em exercício passou a palavra ao Secretário da Secri, professor Lucas Oliveira de Souza, que agradeceu a oportunidade e expôs um resumo do que a proposta apresenta no primeiro PII-UFMT fundamentado na Resolução CONSEPE Nº 16, de 26 de março de 2018, que aprovou as diretrizes de internacionalização para a comunidade acadêmica da UFMT, onde em seu artigo 4º atribuiu à SECRI a responsabilidade por coordenar a elaboração do Plano Institucional de Internacionalização, a cada quinquênio, a partir das diretrizes estabelecidas naquela resolução. Além disso, o plano está em concordância com a Resolução CONSUNI Nº 08, de 18 de abril de 2018, que aprovou a Política Linguística da UFMT, cujo objetivo primeiro é "contribuir para a promoção da internacionalização da Educação Superior". Diante disso, o PII-UFMT estabelece as ações da universidade no que tange à internacionalização para o quinquênio 2021-2025 e integra ações segmentadas nas temáticas de idiomas, regulamentação e processos, cooperação, ensino, pesquisa, extensão e projeção, divididos em três áreas – basilar, estrutural e topo. Cada tema é desdobrado em ações, de curto (1º ano), médio (2º e 3 º anos) e longo (4º e 5º anos) prazos. Para cada ação são atribuídas unidades corresponsáveis, destacando que, independentemente das unidades corresponsáveis pelas ações do Plano, estas se aplicam a todos os *campi* universitários da UFMT e apresentou os objetivos do plano. Seguindo, o relator da matéria, conselheiro Teldo Anderson da Silva Pereira apresentou minucioso relato e votou favorável à aprovação da minuta proposta no documento SEI número 4210757, a qual traz a luz da discussão no pleno do Consepe o resultado de um trabalho colaborativo coordenado pela SECRI e desenvolvido por gestores da Propeq, Propg, Proeg, Procev e Setec, juntamente com o meu entendimento sobre internacionalização institucional. Em votação, o voto foi aprovado por unanimidade, consubstanciando a Resolução Consepe-UFMT nº 195/2021. Finalizando a sessão, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente informou sobre a publicação do Edital de Eleição dos representantes docentes da Carreira docente para o Consepe e Consuni e solicitou aos conselheiros a divulgação nas suas unidades. Nada mais havendo a

ser dito e nem tratado, a Presidente em exercício agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, sendo lavrada esta ata por Elenir Motta Sanches Arruda, Secretária dos Órgãos Colegiados, que a escrevo e subscrevo, após lida e aprovada pelo plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.